

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: avanços e desafios

Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo¹

RESUMO

Este trabalho buscou refletir os avanços e desafios do Movimento por uma educação do Campo no Brasil. Para tanto desenvolveu uma reflexão acerca dos dados da precariedade da educação destinada aos povos do meio rural no Brasil. Em seguida situa o Movimento por uma educação do Campo, as concepções que tem norteado este movimento, bem como suas lutas para conquista de políticas públicas de educação para os povos do campo. As referências teóricas que embasaram a pesquisa foram: CALDART (2002,); FERNANDES (1999, 2004), KOLLING, et al, (2002); VENDRAMINI (2008); Cadernos e documentos do próprio do Movimento. Constituíram estratégias para coleta dos dados, o estudo bibliográfico, a pesquisa documental e a vivência como sujeito participante deste processo, e ainda a experiência como coordenadora de vários projetos educacionais de pesquisa, ensino e extensão para os trabalhadores do campo. Assim analisou-se os 05 primeiros Cadernos de educação publicados pela Articulação, relatórios e sínteses de seminários, carta, declaração, além documentos em geral. Os resultados indicam que o campo brasileiro foi negligenciado no tocante a implementação de políticas de educação. A ausência do Estado produziu dados de precarização que permanecem na atualidade como: analfabetismo, distorção idade série, infra estrutura precária e outras. É contrário a este estado de precarização que ao final da década de 1990 os movimentos sociais do campo realizaram a primeira conferência e articulou um grande movimento nacional em que aglutinou a sociedade civil brasileira em torno da Educação do Campo. Como fruto destas lutas e mobilizações enumera –se vários avanços entre eles: a conquista dos marcos legais, cursos de graduação para educadores do campo, projetos e programas destinados aos sujeitos do campo. Por outro lado alguns desafios também foram sendo apresentados.

Palavras chave: educação do campo, movimentos sociais, políticas públicas

Introdução

A história da educação brasileira tem sido o registro de uma dívida histórica para com as classes populares, em especial as do meio rural. Dados oficiais constata déficits quantitativos e qualitativos nessa área. A população do campo recebeu ao longo da história do Brasil, uma educação precarizada. As evidências estão nos dados da pesquisa realizada pelo INEP/PRONERA/FIPE/USP em 2004.

A referida pesquisa constata que no tocante ao acesso ao ensino fundamental, cerca de 94% das crianças estão matriculadas, embora em escolas de condições altamente precárias. O estudo revela ainda que o acesso ao segundo segmento do ensino fundamental e ao ensino

¹ Professora adjunto do DEDC-X/UNEB, doutora em Educação FAGED/UFBA. Email nalvaraujo@hotmail.com

médio não é fácil, pois somente 26,9% dos estabelecimentos têm turmas de 5ª à 8ª série, e apenas 4,3% das escolas nos assentamentos da reforma agrária oferecem ensino médio.

No tocante à relação campo—cidade, a mesma pesquisa revela que nos assentamentos e acampamentos o processo de escolarização acontece sob condições de maior precariedade que no meio urbano; cerca de 75% das escolas não têm meios de comunicação; 67% não possuem banheiros; 94% não possuem quadras de esportes; 44% não possuem bibliotecas; 90% não têm computador; 78% não têm bebedouro; 91% não têm nenhum instrumento agrícola; 47% ainda não possuem mimeógrafos, 24% não oferecem merenda escolar, e das 76% que servem merenda escolar, 65% servem produtos industrializados; 80% ensinam apenas até a quarta série, e destas, 70% funcionam em turmas multisseriadas. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP),

As escolas rurais apresentam características físicas e dispõem de infra-estrutura bastante distinta daquelas observadas nas escolas urbanas. Por exemplo, enquanto 75,9% dos estabelecimentos urbanos estão equipados com microcomputadores, apenas 4,2% dos estabelecimentos rurais de ensino contam com este recurso. Equipamentos como biblioteca, laboratório e quadras de esporte não fazem parte da realidade das escolas rurais (INEP, 2007 p. 29).

Somando-se a isto a taxa de distorção idade-série, alcança índices mais elevados na população rural, estima-se que em 2005, 56% dos alunos de 5ª a 8ª não apresentava idade condizente com a série, já na cidade o índice era de 34,8% (INEP, 2007).

Esses dados não são ocasionais, eles são frutos de uma história de negação de direitos para os povos do campo. Edla Araújo Soares (relatora do projeto de resolução que fixa as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo), ao resgatar a história da educação do campo nas Constituições brasileiras, revela que é mencionada pela primeira vez na Constituição de 1934, mesmo tendo sido o Brasil um País essencialmente agrário. Mas o fato de ter sido mencionada não significou a efetivação de políticas públicas de educação para as populações camponesas.

Fernandes (1999, p. 34) constata que as concepções que nortearam as políticas oficiais de educação até então, para as populações camponesas, têm sido as concepções das elites, que significavam a extensão dos serviços educacionais urbanos aos povos do campo para redimi-los do atraso. O autor afirma que:

A interação campo-cidade faz parte do desenvolvimento da sociedade brasileira, só que via submissão. O camponês brasileiro foi estereotipado pela ideologia dominante, como fraco e atrasado; como jeca-tatu, que precisa ser redimido pela modernidade para se integrar à totalidade do sistema social ao mercado. (...) É preciso refletir sobre o sentido da inserção do camponês no conjunto da sociedade para quebrar o fetiche que coloca o camponês como algo à parte, fora do comum, fora da totalidade definida pela representação urbana. É preciso

romper com essa visão unilateral, dicotômica (moderno-atrasado), que gera a dominação e afirmar o caráter mútuo da dependência: um (rural ou urbano, campo ou cidade) não sobrevive sem o outro.

No momento atual, essa visão não foi alterada pelas elites dominantes, ao contrário, aliada ao modelo de educação neoliberal, continua sendo repassada a visão e um conhecimento único sobre o campo, no qual este vem sendo desqualificado como espaço de prioridade para políticas públicas.

Contrários a essa perspectiva, movimentos e organizações sociais que atuam no campo vêm resistindo à visão acima exposta, e articulam-se por uma educação do campo.

Educação do Campo: os expropriados do campo se afirmam como sujeitos e delimitam um paradigma de educação

A Educação do Campo surgiu das necessidades vivenciadas pelos movimentos sociais do campo que nas suas trajetórias vêm demarcando uma concepção de sociedade, desenvolvimento rural, educação e campo, diferentemente da concepção hegemônica que vê o meio rural como atrasado, desertificado, apenas como produtor de mercadorias para atender aos ditames econômicos.

Assim sendo, a característica central da Educação do Campo defendida pelos movimentos sociais é o fato de ter nascido colada nas lutas sociais pela terra, pelos direitos sociais dos trabalhadores, entre eles o direito à educação, rompendo com o terreno das barganhas e dos favorecimentos políticos. Dessa forma, só tem sentido a educação do campo se esta estiver sendo implementada junto com um projeto popular de desenvolvimento do campo e de sociedade que se quer construir, ou seja, é preciso que os movimentos se interroguem cotidianamente sobre essas questões.

A concepção dos Movimentos Sociais do Campo compreende o campo como produtor de vidas, naturais e humanas; sendo assim, é um lugar de produção de culturas, saberes, escola, formação, transformação... Os sujeitos do campo produzem seus próprios espaços, práticas, relações sociais, recriação. No entender de Fernandes, construindo a sua própria geografia, transformando latifúndios em assentamentos, fazendo a preservação do meio ambiente baseada em saberes milenares, e além de trabalhar a terra cuidam dela como parte do seu hábitat.

A educação do campo nesse contexto vem romper com a lógica de que é preciso “estender” a educação para o campo. E reafirma a necessidade da construção de uma

educação no campo pensada “*desde o lugar e com a participação do campo camponês, vinculada à sua cultura e às necessidades humanas e sociais*” (CALDART, (2002). Pode-se afirmar então que para os Movimentos Sociais do campo a Educação do Campo é um projeto de educação da classe trabalhadora do campo. Assim pensada, a educação delimita um território que não é o território do mercado imposto pelo capital.

Para a concretização desses propósitos, o MST, aliado a outros movimentos sociais, articula a primeira conferência por uma educação básica do campo, criando a partir desta um movimento denominado *Articulação por uma Educação do Campo*.

A realização da 1ª Conferência por uma Educação Básica² do Campo teve como objetivo central recolocar o rural e a educação que a ele se vincula na agenda política do País, com a convicção de que era possível e necessário pensar e implementar um projeto de desenvolvimento para o Brasil que incluísse milhões de pessoas que vivem **no** e **do** campo, compreendendo que a educação constitui uma mediação para esta estratégia.

A importância do MST na construção do Movimento Por uma Educação do Campo

O MST foi um dos organizadores primeiros da referida articulação, e isto se deu porque o Movimento entendeu que a luta pela reforma agrária precisaria ser ampliada.

Assumindo a bandeira da Reforma Agrária e da Educação, e tendo em mente a realidade excludente como denunciam os dados estatísticos no início deste tópico, o Movimento constatou que as mudanças almejadas precisam de aliados, em outras palavras, há que se buscar, junto com os expropriados e excluídos dos direitos ao conhecimento e a terra, o acúmulo de forças para conquistar os direitos e contrapor-se ao modelo.

Outro fator aliado a este, que também impulsiona o MST para a organização da articulação é a própria realidade das áreas de assentamentos e acampamentos. Como se sabe, as contradições do campo brasileiro baseadas no modelo do agronegócio deixam-no desertificado e sem gente; isto significa dizer que existem áreas de assentamentos e acampamentos entre muitos latifúndios e poucas pequenas propriedades onde o público estudantil é muito pequeno. Aliás, para se organizar uma escola em assentamento é preciso juntar crianças do MST e dos filhos e filhas de pequenos proprietários das redondezas, e

² No início a conferência definiu lutar por uma educação básica do campo, posteriormente foi suprimida a idéia de apenas educação básica, e a articulação entendeu que apenas a educação básica estava limitada e que os povos do campo teriam direito á educação desde a infância até o nível superior; assim passou-se então a adotar a expressão “ por uma educação do campo”, suprimindo-se o termo “básica”.

assim surge uma questão para o Movimento: Como trabalhar a sua proposta educativa num contexto como este, mas ao mesmo tempo sem desrespeitar outros trabalhadores que também estão ali? Esta questão revela outro limite, que é a interrupção da escolaridade na 4ª série do ensino fundamental, pois o Movimento e os trabalhadores do campo em geral esbarravam em outro limite imposto pelas Secretarias de Educação dos Estados, que impõem um limite mínimo de educandos por turmas igualando as escolas do campo, onde a densidade demográfica é baixa, às escolas do meio urbano, onde a densidade demográfica é superior.

Com esses limites e desafios o MST, ao realizar em 1997 primeiro ENERA, foi provocado pelas organizações parceiras nacionais e internacionais a articular-se com outras organizações do campo, que também vinham desenvolvendo experiências educativas na área da escolarização, a realizar uma conferência para intercambiar experiências tanto pedagógicas quanto de formas de organização e resistências ao processo de marginalização da educação dos povos do campo.

Nessa circunstância, a trajetória da educação do campo como articulação teve seu nascimento oficial em 1998, com a realização da 1ª Conferência por uma Educação Básica do Campo promovida pelas instituições: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB; Universidade de Brasília-UnB; Organização das Nações Unidas para a Educação- UNESCO e Fundo das Nações Unidas para a Infância- UNICEF.

A articulação resgata, reconhece as práticas ou experiências alternativas de resistência ao modelo de educação rural desenvolvido pela sociedade civil organizada (EFAS, CNBB, CIMI, MEB, AEC, CPT, e mais recente o MST), mas delimita um território que na opinião de Fernandes (2005) representa não apenas o espaço geográfico, mas o poder das teorias nos processos de transformação da realidade introduzindo um novo conceito.

Nesta conferência os movimentos de lutas sociais do campo delimitaram que estavam assumindo uma Educação do Campo, o que diferenciava este conceito do de Educação Rural. Para os organizadores da primeira conferência, a decisão de utilizar a expressão *campo* e não meio rural se deu com o objetivo de incluir na conferência uma reflexão do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a

sobrevivência do referido trabalho. Acrescenta ainda uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político³.

Soares (2001) observa que a introdução da Educação Rural nas Constituições brasileiras teve início nas primeiras décadas do século XX, indicando a importância da educação para conter o movimento migratório e elevar a produtividade no campo.

Data de 1923 o primeiro congresso de agricultura do Nordeste brasileiro, onde o patronato deixou registradas as suas preocupações sobre o que os jovens do campo deveriam estudar e com que finalidade estava associada ao desenvolvimento agrícola e ao mesmo tempo à transformação de *crianças indigentes em cidadãos prestimosos*.

As preocupações do patronato com educação para os trabalhadores partiam de uma perspectiva salvacionista, latifundista e assistencialista, tinha como objetivo exercer sobre os trabalhadores duas ameaças: quebra da harmonia e da ordem na cidade e baixa produtividade no campo (SOARES, 2001). Nesta perspectiva a educação rural proposta pelo setor agrícola brasileiro unia interesses da burguesia nacional, dos setores agrícola e industrial; assim sendo, o modelo de educação rural nasceu do patronato, e desde então esteve a serviço do controle das elites latifundistas, como uma forma de domesticação dos trabalhadores que tinham acesso à escola.

As concepções que nortearam as políticas da educação rural tiveram como referência os modelos de desenvolvimento agrícola das elites, entendendo o espaço rural como atrasado, desertificado e inferior, e os programas foram sempre pensados e elaborados com base na perspectiva de adaptação ao modelo urbano, sem a participação dos sujeitos do campo a saber, pensados **para** eles e não **com** eles.

Como já enfatizado, a educação do campo rompe com a concepção de educação rural calcada apenas na idéia de profissionalização, ligada à subjugação e ao patronato; além disso, rompe também com a idéia de “adaptação” da dinâmica do campo à dinâmica da cidade.

³ O homem do campo tem recebido no Brasil inúmeras denominações; no Centro Sul ele é chamado de caipira; no Nordeste é curumba, tabaréu, sertanejo, capiau e lavrador; no Norte é sitiano, seringueiro; no Sul é colono, caboclo. Há ainda outras derivações, como caiçara, chapadeiro, catrumano, roceiro, agregado, meeiro, parceiro, parceleiro e mais recentemente sem-terra e assentado. Segundo o texto base da conferência, esses termos por vezes são tanto valorativos quanto depreciativos. São expressões carregadas de sentidos pejorativos que classificam esses sujeitos como atrasados, preguiçosos, ingênuos e incapazes. Ao mesmo tempo os definem como matutos, reflexivos, prudentes, desconfiados e espertos. (texto base da conferência, 1998, p. 9) Estas palavras todas denominam os homens e mulheres e suas famílias que vivem e trabalham na terra. São os trabalhadores do campo. Seus significados jamais são confundidos com outros personagens do campo, fazendeiros, latifundiários, seringalistas, senhores-de-engenho, coronéis, estancieiros... Ou seja, as palavras deixam claras as diferentes classes sociais do campo.

Diante disso, a articulação afirma a necessidade de construção de escolas **no** campo, mas que sejam **do** campo.

Como proposta dos movimentos de lutas sociais do campo, a articulação defende que a educação do campo não deve ser discutida apenas nela mesma, mas junto com a educação do campo deve ser inserido o debate sobre a problemática do campo na sua totalidade, e assim defende a reforma agrária acompanhada de uma política agrícola para a agricultura camponesa, argumentando que o propósito

(...) é conceber uma educação básica do campo voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo suas diferenças históricas e socioculturais. Para que vivam com dignidade e que organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação. (...) não basta ter escolas **no** campo; queremos ajudar a construir escolas **do** campo, ou seja, escolas com projeto político – pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo. (TEXTO-BASE EBC, 1998, p. 11).

A articulação defende uma escola do campo vinculada à cultura, aos valores e à luta dos trabalhadores do campo: os povos do campo tem uma raiz cultural própria, um jeito de viver e trabalhar distinto do mundo urbano, o que inclui diferentes maneiras de ver e se relacionar, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar família, a comunidade, o trabalho e a educação.” (KOLLING, et al, EBC, 2002. p. 16).

Defende ainda uma educação do campo que seja calcada nas bases de uma agricultura camponesa popular, significando contrapor-se ao modelo capitalista, ao latifúndio e ao agronegócio.

Afirma o compromisso com a universalização do direito à educação (os movimentos sociais que integram a educação do campo não abrem mão da construção de um sistema público de educação), corroborando o protagonismo dos movimentos sociais.

O papel que o MST vem desenvolvendo na articulação tem sido fundamental para impulsionar os outros movimentos sociais do campo nas suas lutas pelo acesso e construção de uma nova escola, vinculada às lutas e aos projetos de desenvolvimento do campo. O MST, pelo seu acúmulo teórico-prático, também contribui na socialização de experiências e práticas no contexto da escola; outra contribuição do MST é na dimensão do registro e produção do conhecimento acerca da trajetória da articulação por uma educação do campo.

A partir de 1998 a articulação (composta por diversos movimentos sociais e sindicais) se consolidou e iniciou uma mobilização a favor da Educação Básica do Campo. Concretamente pode-se apontar, como frutos dessas mobilizações, alguns avanços significativos:

1-A problemática da educação do campo entrou para agenda de debates em vários espaços, ou seja, a educação básica do campo passou a ser incluída em diversos espaços onde não acontecia antes.:

a)Algumas secretarias educacionais incluíram o tema nas discussões do Plano Estadual de Educação – PEE.

b)Houve universidades que retomaram ou criaram linhas de pesquisa sobre a educação do campo. Outras, em parceria com os movimentos de lutas sociais do campo, iniciaram cursos de formação de educadores do campo tanto na perspectiva da qualificação quanto da titulação. No movimento da reformulação curricular algumas universidade incluíram a educação do campo como disciplina no curso de Pedagogia⁴.

c)O Ministério da Educação criou a Secretaria da Diversidade- SECAD, onde tem um responsável pela educação do campo; além disso, tem posto em pauta o debate sobre a formação do educador do campo, com um grupo de trabalho nesse Ministério. Criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo, que se encontra em desenvolvimento-piloto em sete universidades federais.

d)Realização em praticamente todos os Estados da Federação seminários estaduais para debater a temática da educação do campo acompanhado da criação de comitês e fóruns de educação do campo..

2-Na produção do conhecimento, constata-se a publicação da coleção de cadernos intitulados “Por uma educação básica do campo”; que já se encontra no oitavo número. Nos programas de pós graduação foram criadas linhas de pesquisas, com isto varias teses, dissertações e monografis foram produzidas nos últimos anos;

3-Quanto à Legislação, houve avanços com a instituição de alguns arcos legais como:-

a)Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril 2002, que dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo;

b)Resolução Complementar CNE/CEB nº 02, de 28 abril de 2008, que estabeleceu as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

c)Decreto nº 7.352, de 2010, da Presidência da República, que regulamenta alguns programas, como o PRONERA, além de outras providências.

4-Realização pela Universidade de Brasília do primeiro curso de especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável do País, em Parceria com o ITERRA.

⁴ A referência é ao curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, com reformulação em 2004/2005, em que vários campus incluíram a disciplina Educação do Campo.

Após esta edição varias universidades tem em parceria com os movimentos sociais do campo criado vários cursos de especialização em educação do campo no brasil.

5- Criação do Fórum nacional por educação do campo, tal organização articula duas ações básicas:

- a) -Luta pelo acesso dos sujeitos do campo à educação/escola do campo pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis.
- b) - Consolidação da concepção e do projeto da educação do campo, entendida aqui como educação dos sujeitos, organizações e movimentos sociais do campo.

DESAFIOS ATUAIS

O momento histórico em que se configura a educação do campo no Brasil é de profundas contradições e disputas de modelos de desenvolvimento do campo brasileiro, e conseqüentemente do projeto de educação a ser desenvolvido no campo. Os movimentos de lutas sociais do campo neste momento histórico buscam outras possibilidades de construção da lógica de desenvolvimento do campo, que rompam com o modelo da dependência, que atendam às reais necessidades da classe trabalhadora e não das empresas capitalistas.

No entanto, a conjuntura requer dos movimentos um posicionamento para além das conquistas de direitos sociais. É verdade que as mazelas que estão no campo precisam serem corrigidas através de lutas por direitos considerados reformistas, mas essas lutas precisam pender para uma estratégia revolucionária, buscando construir uma sociedade justa, solidária, igualitária e acima de tudo socialista.

A luta por direitos precisa, na interpretação de Bogo, (2006) transformar-se em um valor que todo camponês e toda camponesa precisa cultivar, e se assim for, instigará o indivíduo a exercer seus direitos. Segundo ele, quando temos direito mas não relacionamos com o valor, ou seja, com a importância de exercê-lo, este permanece no mundo dos direitos e não se torna prática. É nessa perspectiva que a articulação deve avançar, estabelecendo mais uma tarefa para o próximo período: convencer os camponeses e camponesas a lutarem para além da conquista de direitos, ou seja, pela destruição do modelo capitalista que impede o ser humano de ter acesso aos direitos no campo e na cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL.MEC. LDB. *Lei de Diretrizes e Bases*. Sinpro -- MG, 1997.

_____. CNE/CEB. *Resolução 1, de 3 de abril 2002*. Diretrizes Operacionais para as escolas do Campo.

BOGO, Ademar. *Educação escolar e a formação política*. Texto avulso. Teixeira de Freitas, 2003.

CNEC - *Conferência Nacional: Por uma Educação Básica no Campo*. Texto base. Goiânia: 1998.

CALDART, Roseli S. *Pedagogia da Terra: Formação de identidade e identidade de formação*. In: *Pedagogia da terra*. Veranópolis: Caderno do ITERRA nº 6, 2002.

FERNANDES, Bernardo M *Por uma educação básica do campo*. In: ARROYO M. G. & FERNANDES, B. M. *A educação e o movimento social do campo*. Coleção por uma educação básica do campo nº 2. Brasília, 1999.

FERNANDES, Bernardo M. & MOLINA, M. C. *O Campo da educação do campo* in: MOLINA, M. C. & JESUS, Sonia M. S. (orgs.). *Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Coleção Por uma educação do Campo nº 5 Brasília, 2004.